

ANTONIO JACOBINA E O SYLLABARIO NACIONAL OU NOVO METHODO PARA APRENDER A LER (1883)

ANTONIO JACOBINA AND THE SYLLABARIO NACIONAL
OU NOVO METHODO PARA APRENDER A LER (1883)

Juliano Guerra Rocha

Universidade Federal de Juiz de Fora
professorjulianoaguerra@gmail.com

Francisca Izabel Pereira Maciel

Universidade Federal de Minas Gerais
emaildafrancisca@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, analisamos a questão do ensino de leitura no Brasil do século XIX, sob o enfoque da vida de Antonio de Araujo Ferreira Jacobina (1829-1896). Professor, político, bancário, agricultor e intelectual brasileiro, Jacobina conseguiu transitar entre dois regimes – o Império e a República –, sem polarizações partidárias e cisões. Discutiremos, em específico, seu método de leitura exposto na obra *Syllabario Nacional ou novo methodo para aprender a ler*, publicada em 1883, considerando tanto a materialidade do livro, quanto sua organização didática e os pressupostos que subsidiaram as lições, em diálogo com a produção internacional de livros escolares para o ensino de leitura no século XIX.

Palavras-chave: Antonio de Araujo Ferreira Jacobina; Brasil; ensino de leitura; livro escolar; século XIX.

ABSTRACT

In this paper, we analyze the issue of reading education in Brazil during the 19th century, from the perspective of the life of Antonio de Araujo Ferreira Jacobina (1829-1896). A Brazilian teacher, politician, banker, farmer and intellectual, Jacobina managed to move between two regimes - the Empire and the Republic - without party polarizations and ruptures. In particular, it is highlighted his reading method exposed in the work *Syllabario Nacional ou novo methodo para aprender a ler* (National Syllabary or new method for learning to read), published in 1883, considering both the materiality of the book and its didactics organization, and the assumptions that subsidized the lessons, in dialogue with the international production of textbooks for reading education in the nineteenth century.

Keywords: Antonio de Araujo Ferreira Jacobina; Brazil; reading education; schoolbook; nineteenth century.

Introdução

As pesquisas acadêmicas e científicas sobre a história da alfabetização, leitura e escrita no Brasil geralmente focam o interesse pelas obras – livros escolares – e pouco interesse pelos seus autores. As investigações se desdobram muito mais na análise da materialidade dos livros e nos métodos de leitura e escrita redigidos ou compilados pelos autores, do que propriamente em suas vidas. Poderíamos dizer que isso se constituiu numa tendência na investigação histórica, já que a biografia foi um

gênero por muito tempo não acolhido nos meios acadêmicos. Isso vem se modificando, dentre vários motivos, a partir de iniciativas de proposição de “dicionários de gente”, tal como Valdez e Alves (2019) apontaram. Esses dicionários, segundo as autoras, reuniam “verbetes humanos” e eram criticados e/ou recusados por apresentarem “histórias únicas e inquestionáveis” (VALDEZ; ALVES, 2019, p. 3).

Já de maneira específica, inventariando e analisando as teses e dissertações sobre a história da alfabetização *de crianças* produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação de universidades brasileiras entre 1961 a 2022, e que foram, até o momento, catalogadas no Banco de Dados “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento”¹ (ABEC), há de se explicitar que, embora diferentes trabalhos já tiveram a preocupação de pesquisar a vida dos autores de livros e cartilhas para o ensino de leitura e escrita, ainda são poucos os que tiveram o objetivo central voltado para esse aspecto. No geral, as vidas desses homens e mulheres se constituíram como uma pequena parte ou breve menção nas pesquisas.

Dentre as produções acadêmicas que focalizaram a vida de escritores de cartilhas e/ou livros para o ensino inicial da leitura e escrita e que estão disponíveis no acervo da pesquisa ABEC, as teses de Maciel (2001), Chamon (2005) e Panizzolo (2006), respectivamente, analisaram a vida e a obra de Lúcia Casasanta, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e João Köpke. Percebemos que, nos três trabalhos, o nome do/a autor/a principiou os títulos, justamente por serem o objeto das pesquisas. Além disso, em cada uma delas, a análise sobre a vida do/a biografado/a esteve em diálogo com aspectos de suas trajetórias profissionais, suas produções, concepções de educação, ensino de leitura e de escrita.

Os três trabalhos em questão dão-nos pistas importantes para investigações biográficas sobre autores/as de cartilhas e/ou livros de leitura no Brasil, preenchendo lacunas de nossa historiografia. Em consonância, Maciel (2001) destaca:

O importante, acredito, é abrir veredas para que outras pesquisas possam acontecer e para que novas vidas sejam pesquisadas. Vidas que nem precisam ser de figuras de destaque: a história da educação carece de conhecer os seus mediadores. E, na história da alfabetização, estamos apenas iniciando... (MACIEL, 2001, p. 150).

Esse desafio está posto em nossa trajetória como pesquisadores na área da historiografia da alfabetização, leitura e escrita. E, nessa busca por autores e autoras de cartilhas e/ou de livros para o ensino de leitura e escrita no Brasil do século XIX, tivemos os primeiros contatos com a obra *Syllabario Nacional ou novo methodo para aprender a ler*², publicada em 1883, por Antonio de Araujo Ferreira Jacobina. Até então, o autor e a obra eram desconhecidos para nós. Desse modo, este artigo tomou como objeto de estudo a trajetória pessoal e profissional de Jacobina, em primeiro plano, que atuou na vida pública e política do Brasil no século XIX, bem como uma de suas publicações. Insta esclarecer que a obra citada coloca Jacobina entre os nomes de escritores brasileiros no oitocentos, que publicaram livros dirigidos ao ensino inicial da leitura.

1 “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” (ABEC) é uma pesquisa iniciada nos anos de 1980, na Universidade Federal de Minas Gerais, por Magda Soares, cujo principal objetivo era inventariar e avaliar a produção científica sobre alfabetização no Brasil. Essa pesquisa tem caráter permanente no Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) e, atualmente, é coordenada por Francisca Izabel Pereira Maciel. A ABEC tem um banco de dados com teses e dissertações sobre alfabetização de crianças, produzidas em universidades brasileiras, e está em constante atualização.

2 A produção desse artigo só foi possível por meio do apoio da Fundação Casa de Rui Barbosa, que disponibilizou a versão digitalizada do Silabário de Jacobina. Agradecemos a colaboração de Leonardo Pereira da Cunha (Técnico da Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa). Estendemos também os agradecimentos às pesquisadoras Adriana Valentim Beaklini e Patricia Telles, que nos auxiliaram para termos contato com a materialidade do livro.

Em virtude de serem poucos os trabalhos que focalizam, especificamente, a figura de Antonio Jacobina³, priorizamos, neste artigo, dois aspectos com o objetivo de analisar a questão do ensino de leitura no Brasil do século XIX, sob o enfoque da vida de Antonio de Araujo Ferreira Jacobina. Inicialmente, apresentamos alguns fragmentos biográficos sobre ele, a partir de elementos da imprensa brasileira e de outras documentações localizadas até então. Quanto ao segundo aspecto, focalizamos a obra *Syllabario Nacional ou novo methodo para aprender a ler* (JACOBINA, 1883), fazendo uma análise descritivo-interpretativista sobre a materialidade, a organização didática e as lições do livro.

A metodologia do trabalho foi ancorada numa pesquisa documental, de cunho exploratório, apoiada na perspectiva discursiva de Bakhtin⁴ para condução das análises da documentação inventariada. As noções basilares de dialogismo e polifonia da teoria bakhtiniana contribuíram para analisarmos os documentos, localizando-os em seus contextos de produção e relacionando-os a outros sujeitos e instituições, o que permitiu compreendermos quem foi Antonio Jacobina e quais as suas redes de relações pessoais e profissionais no oitocentos (BAKHTIN, 2005).

As fontes para consolidação deste estudo são advindas, especialmente, da imprensa, disponibilizadas na Hemeroteca Digital Brasileira, no site da Fundação Biblioteca Nacional⁵, além de cartilhas e livros brasileiros e estrangeiros do século XIX e XX, os quais referenciamos, ao final, no item “Fontes”, logo após as referências bibliográficas.

Não intencionamos esgotar, neste trabalho, a biografia de Jacobina e a análise sobre o seu livro; pretendemos apenas iniciar este diálogo e abrir novos caminhos para outras pesquisas, sem a pretensão de laurear personalidades educacionais, e, sim, evidenciar intelectuais, enquanto “criadores e mediadores culturais”⁶ em/de diferentes tempos e espaços.

Vida de Antonio Jacobina⁷

Antonio de Araujo Ferreira Jacobina⁸ nasceu em 08 de dezembro de 1829, em Pernambuco; filho de Antonio de Araujo Ferreira Jacobina e Maria Benedicta Mascarenhas Jacobina, faleceu em 01 de novembro de 1896, no Rio de Janeiro, vítima de problemas cardíacos (A NOTICIA, 1896). O Jornal *Cidade do Rio*, no dia posterior a sua morte, lançou uma notícia elogiosa (CIDADE DO RIO, 1896), trazendo aspectos da trajetória de Jacobina. Essa matéria se configurou como uma importante fonte para “perscrutarmos indícios” (GINZBURG, 1989) e compormos partes de sua biografia.

3 Embora os trabalhos de Beaklini (2016, 2018) não tenham como objeto, propriamente, Antonio Jacobina, reconhecemos que suas produções trazem questões importantes para compreensão de quem ele foi e de quem foi sua família.

4 Temos nos baseado também na discussão promovida por Amorim (2004) sobre Bakhtin e as pesquisas em ciências humanas.

5 Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em novembro de 2022.

6 Essa compreensão de intelectual como criador e mediador cultural está em consonância com as proposições de Sirinelli (2003).

7 Os dados biográficos do autor foram organizados a partir da pesquisa realizada por Rocha e Miyoshi (no prelo), sendo acrescentadas algumas informações em função de novas fontes que agora dispusemos para a escrita deste artigo.

8 O nome de Antonio de Araujo Ferreira Jacobina foi identificado na obra *Syllabario Nacional* e em grande parte dos documentos inventariados, neste trabalho, sem nenhuma acentuação gráfica. Em correspondências (nas manuscritas e/ou nas digitadas em máquina de escrever) entre Rui Barbosa e Jacobina, apresentadas no site do projeto Rui Barbosa *Online*, da Fundação Casa de Rui Barbosa, e nas correspondências “anotadas e prefaciadas” por Lacombe (1934), ora o nome se apresentou com acento, ora sem. Na imprensa e nessa documentação, também apareceu grafado Antonio d’Araujo Ferreira Jacobina, na maioria das vezes, sem acentuação. Insta esclarecer que seu nome é Antonio de Araujo Ferreira Jacobina Junior (A UNIÃO, 1849; DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1855), porém, como notamos na análise realizada no conjunto da documentação encontrada, sua assinatura convencionalizou-se sem o sobrenome “Junior”. Mesmo cientes das regras do português no século XIX e da precariedade da imprensa no período (MARTINS; LUCA, 2008; HALLEWELL, 2012), no momento em que os documentos foram produzidos, o que pode ter gerado, hipoteticamente, equívocos contínuos na grafia do nome, optamos por utilizar e conservar a maneira como observamos na documentação assinada de forma manuscrita por Jacobina.

Na matéria em questão, Jacobina é descrito como um homem que participou da vida pública e que tanto se dedicou às causas imperiais, como foi um defensor dos ideários republicanos. Foi delineado como alguém com “caráter ímpoluto”, possuidor de “sólida e vasta ilustração”, com “altos dotes morais e intelectuais” que lhe “deram sempre direito incontestável”; um “servidor leal ao seu país”. Já no fim da matéria, que não contém assinatura do redator, lê-se: “nestes tempos de profunda degradação moral, o mais justo elogio que se lhe pode fazer é este: foi um honesto” (CIDADE DO RIO, 1896, p.1-2)⁹.

Além dessa matéria, outros dois jornais cariocas noticiaram a morte de Jacobina, tecendo-lhe elogios, destacando sua participação, bem como o abandono dos preceitos da Monarquia (O PAIZ, 1896), e atuação nas causas republicanas, as quais “abraçou francamente” (A NOTICIA, 1896).

A ênfase que essas notícias dão à participação de Jacobina nessas duas frentes políticas no Brasil – Monarquia e República – chamou-nos a atenção. Ao começarmos a busca de documentações que nos revelassem essa questão, observamos que, de fato, a trajetória desse autor se explicou e se constituiu muito pela sua atuação em ambos os regimes, que trouxeram, em cada momento de sua vida, características particulares. Logo, ao voltarmos nosso olhar para as “redes de sociabilidades” (SIRINELLI, 2003) de Jacobina em cada um desses momentos, conseguimos localizá-lo numa história que não o individualizou, mas o particularizou (GINZBURG, 2006) no cenário brasileiro do oitocentos. Seguindo as contribuições de Revel (1998), fomos em busca da trajetória de um indivíduo, ensejando compreender o cenário político e educacional do Brasil do século XIX.

O pai de Jacobina, cujo nome é o mesmo do filho, atuou como Juiz de Direito em Pernambuco. Dada a sua estreita ligação com a política da época¹⁰, em 11 julho de 1848, enviou uma solicitação à Assembleia Provincial para que essa instituição consignasse uma mesada ao seu filho para frequentar o curso de Engenharia Prática na França. O aceite ocorreu de imediato, uma vez que a Assembleia aprovou tal pedido em 27 de julho do mesmo ano (DIARIO NOVO, 1848).

O auxílio só foi levado a efetivo cumprimento em 1849, quando sancionada a lei n.º 246, de 16 de junho de 1849 (A UNIÃO, 1849), e, em decorrência dessa, foi expedido o Regulamento de 22 de agosto de 1849, que normatizava a pensão mensal conferida pela Fazenda Provincial (DIARIO NOVO, 1852). Na ocasião da aprovação do auxílio concedido por Manoel Vieira Tosta, presidente da Província de Pernambuco, Jacobina já estava em Coimbra, no último ano do curso de Matemática. O Regulamento era claro no que diz respeito à obrigação de Jacobina, ao finalizar os estudos, de prestar serviços por dez anos como Engenheiro Civil na Província de Pernambuco (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1849).

Pelas legislações citadas, conseguimos rastrear a formação de Jacobina, que se graduou em Matemática e Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra. Já em Paris, na *École des Ponts et Chaussées*, cursou Engenharia. Sobre o término desse curso e a obtenção do grau de Bacharel nessa instituição, não conseguimos confirmar se isso de fato ocorreu, uma vez que há dúvidas sobre tal questão, em função da imprensa notificar que ele retornou ao Brasil e prestou serviços na Casa Imperial, já em 1855, antes de concluir aí os seus estudos. Há de se destacar que, em 1852, Jacobina apresentou, por intermédio de um Ministro brasileiro, cujo nome não está explícito na documentação inventariada, a impossibilidade de findar o curso na *École des Ponts et Chaussées*, uma vez que a sua condição de aluno externo não lhe permitia participar de todas as atividades dos internos, o que

9 Optamos, neste parágrafo, em transcrever os trechos com as convenções do português atual, por se tratar de citações curtas. Em outros momentos deste artigo, conservaremos a norma ortográfica vigente no momento da produção do documento.

10 Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, o pai, atuou como Deputado na Assembleia Provincial de Pernambuco, na 2ª legislatura (BARRETO *et al.*, 2015).

comprometia sua formação. Desse modo, solicitou um aumento da mesada e pediu para frequentar a *École Centrale des Arts et Manufactures*, em Paris, para se formar Engenheiro Civil (DIÁRIO NOVO, 1852). O fato é que, em alguns documentos que apresentam excertos sobre quem foi Jacobina, muitos o descreveram como Engenheiro Civil (REVISTA DE ENGENHARIA, 1881; ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1893). Lacombe (1934), ao fazer uma breve apresentação dele, revelou a respeito da sua formação em Coimbra e em Paris:

Seguiu o curso de matemáticas e, premiado em todos os anos, recebeu em 1849 o grau de “Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas”, *nimine discrepante*. Foi em seguida para Paris onde bacharelou-se em Filosofia e aperfeiçoou-se na Escola de Pontes e Calçadas e na Manufaturas e Bélas Artes (LACOMBE, 1934, p. 45).

Após seu retorno ao Brasil, Jacobina mudou-se para a Corte. A partir de 1855, seu nome esteve presente na imprensa carioca numa rede de relações muito próximas à Casa Imperial e ao sistema político do Império. No *Diário do Rio de Janeiro* (1855), Jacobina foi mencionado numa listagem de pessoas que receberam doações de ações da Estrada de Ferro de Dom Pedro II, uma grande obra idealizada para modernização do Império, que partia do Município da Corte até pontos da Província de Minas Gerais e São Paulo, conforme o Decreto n.º 641, de 26 de junho de 1852, previu (BRASIL, 1852). Os acionistas dessa ferrovia receberiam juros das ações, lucros e dividendos sobre taxas previstas pela Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II (BRASIL, 1855).

A proximidade de Jacobina com Paulo Barbosa, à época Conselheiro e Mordomo Oficial do Paço Imperial, rendeu-lhe os cargos de Ajudante do Mordomo do Paço Imperial, Moço da Câmara Imperial da Guarda-Roupa Honorária e Porteiro da Imperial Câmara, durante a cerimônia de juramento da Princesa Imperial, Isabel Cristina, na Assembleia Geral Legislativa (ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1856; 1866; CORREIO MERCANTIL, 1860). Esses cargos estavam diretamente relacionados a pessoas que serviam aos membros da família real, em situações privadas, como vesti-los e cuidar de seus pertences pessoais, e em ocasiões públicas, como acompanhá-los em eventos, dando-lhes assistência etc. (BRASIL, 1940).

Em 1856, *O Grito Nacional*, jornal abolicionista e liberal, que também reconhecia o poder imperial, polemizou o cargo que Jacobina exercia e sua relação com Paulo Barbosa:

O Sr. Paulo Barboza havia trazido com sigo de França, um moço de nome Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, que alli se achava estudando pontes e calçadas a custa da Província de Pernambuco, e que fôra o secretario das intrigas manejas para o feliz regresso do Sr. Paulo Barboza a esta Côrte, que gosava, por isso mesmo, de toda sua confiança, e que era, como dizem os italianos – l’amico de casa – onde já residiu livremente. Neste moço recahio a nomeação de ajudante do mordomo da casa imperial com seis mil cruzados de ordenado annuaes, sege, cavallos, criados, casa, CAMA e mesa!

Longe de nós o pensamento de censurarmos as nomeações que o Imperador faz de empregados para sua casa, mas que nos seja permitido dizer, que a criação de um emprego tão fartamente distribuido, seria recompensa suficiente para galardoar serviços relevantes de algum cidadão benemerito. Dizem as nossas velhas, que os homens felizes nascem implicados. O Sr. Jacobina veio a este mundo sob os auspícios da fortuna que elevou o Sr. Paulo Barboza do nada ao cume da grandeza (O GRITO NACIONAL, 1856, p. 2).

Tais polêmicas e acusações aludidas no excerto anterior são retomadas em outras publicações da imprensa carioca do período, todavia concebemos que isso não impactou ou privou Jacobina tanto em ocupar posições de destaque na Casa Imperial, como em usufruir de vantagens que disso poderia desfru-

tar, já que foi acompanhante do Imperador em viagens oficiais no Brasil, e esteve na Europa a serviço do Império; seu nome se fez presente nas listas de convidados de festas de aniversário de membros da Monarquia brasileira (BOLETIM DO EXPEDIENTE DO GOVERNO, 1859; CORREIO MERCANTIL, 1860, 1862).

Jacobina pediu demissão do cargo na Casa Imperial em 1863¹¹ (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1863), mas, concomitante ao trabalho aí desenvolvido, atuou como Opositor das primeiras cadeiras de Matemáticas, Repetidor e Lente Substituto, na Escola Central do Exército do Brasil, frequentemente chamada apenas de Escola Central, onde se aposentou (ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1893). Santos e Silva (2008) explicam que essa Escola foi criada em 1858, responsabilizando-se pelo curso de Engenharia Civil, até aquele momento inexistente no Brasil, e se transformou em Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874.

Na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, Jacobina teve dois mandatos como Deputado, representando o 4º distrito, entre 1857 a 1860 e 1864 a 1866 (BARRETO *et al.*, 2015). Nesse período, recebeu a Ordem da Rosa, juntamente com outros brasileiros e estrangeiros, entre eles, Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas (ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1861; PINHEIRO, 1884). Além disso, foi outorgado Cavaleiro (Comendador) da Imperial Ordem Austríaca de Francisco José (ALMANAK ADMINISTRATIVO..., 1862, 1865). Ambas as condecorações reconheciam pessoas de destaque no Império, que tinham participações relevantes para o regime e para a manutenção da Monarquia (PINHEIRO, 1884). Ademais, enquanto Deputado, e mesmo após a sua saída dos cargos oficialmente ocupados na Casa Imperial, participou da Corte, de comissões e festividades para saudar o Imperador, o que nos levou a conjecturar que sua relação com o regime imperial ainda se prolongou por um tempo (CORREIO MERCANTIL, 1865a, 1868).

Durante a atuação como político, iniciou uma aproximação com o setor da agrícola, aspecto que vai marcar sua vida, uma vez que, posteriormente, já na República, comprou terras e residiu por um tempo numa fazenda em São Paulo, dedicando-se também à agricultura¹². Em 1860, foi aceito como sócio da Sociedade do Círculo Agrícola de São José de Caçaria, um clube que se dedicava às questões agrícolas no Rio de Janeiro, do qual participou ativamente (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1860a, 1860b).

A atuação de Jacobina no Império foi muito ampla e em várias frentes, mantendo vínculo com vários setores, por isso gostaríamos de destacar mais duas ocupações que permearam sua experiência profissional e vida pessoal. O primeiro se refere ao cargo de Gerente, que ocupou na firma de “José Frazão de Souza Breves & Comp.”, no Rio de Janeiro, cujos proprietários foram os irmãos Joaquim José de Souza Breves e José Frazão de Souza Breves (CORREIO MERCANTIL, 1865b). Os irmãos Souza Breves estiveram em grandes frentes comerciais no Rio de Janeiro, envolvidos tanto em propriedades de terras quanto em negócios relativos ao tráfico ilegal de africanos escravizados (LOURENÇO, 2010). A segunda ocupação foi de acionista do Banco do Brasil, em que atuou como membro de Comissão Fiscal e Fiscal de Emissão (CORREIO MERCANTIL, 1868).

Ainda inserido no regime Imperial e com relações muito estreitas com o Imperador e com toda elite monárquica (não somente com a família Imperial, mas com pessoas de influência nos ministérios

11 Embora Jacobina tenha notificado oficialmente sua saída do cargo de Ajudante de Mordomo, fazendo uma análise do periódico *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro*, observamos que seu nome ainda se fez presente na listagem dos Moços da Câmara Imperial da Guarda-Roupa Honorária até 1886. Esse *Almanak* “trazia textos sobre a corte brasileira e as já conhecidas listas com os nomes de integrantes dos ministérios, a legislação, os dados censitários etc.” (MAGRI, 2021, p. 243).

12 Rocha e Miyoshi (no prelo) expõem que Jacobina foi Sócio Efetivo da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e “chegou a escrever um projeto sobre Escolas de Agricultura, enviando-o ao Ministério da Agricultura durante o governo provisório da República, porém tal intento não foi levado adiante”.

e das altas patentes do governo), Jacobina começou a se influenciar pelos preceitos republicanos e se aproximou fortemente de vários nomes ligados à República, que seria proclamada em 1889. Não abandonou o Império, como a imprensa carioca e alguns pesquisadores o descreveram; esteve nele, participou de forma ativa e com intimidade na Casa Imperial; entretanto, abdicou a Monarquia em nome da República, nos últimos momentos de um regime que estava se desfazendo pelas próprias circunstâncias políticas do período e pela crescente ascensão do republicanismo (CARVALHO, 1987).

Jacobina casou-se com Francisca Augusta Barbosa de Oliveira, prima de Rui Barbosa, com quem teve sete filhos, conforme a obra *Genealogia Paulistana* apontou (LEME, 1904)¹³. Jacobina, antes mesmo de ter contato com Rui Barbosa, foi amigo de seu pai, João José Barbosa de Oliveira, com quem atuou na Câmara de Deputados no Rio de Janeiro. Essa proximidade entre as famílias se consolidou com o casamento entre Jacobina e Chiquinha – como apelidada pelos familiares –, em 1868. Ela era filha de Albino José Barbosa de Oliveira, Magistrado, Desembargador, que trabalhou como Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, onde se aposentou, e era primo do pai de Rui Barbosa.

Lacombe (1934) faz uma menção breve de que o republicanismo de Jacobina já se avultava em 1870, quando “tomou parte na convenção republicana de São Paulo” (LACOMBE, 1934, p. 47). Carvalho (2011) explicitou que o partido republicano foi criado, formalmente, em 1870 por liberais radicais, e a “Corte e a província de São Paulo abrigaram os principais núcleos do movimento” (CARVALHO, 2011, p. 142). Até o fechamento deste artigo, consultando os documentos e as pesquisas sobre o Manifesto Republicano de 1870 e a Convenção Republicana de Itu (cidade em São Paulo), em 1873, não localizamos o nome de Jacobina entre os signatários e participantes de ambos os movimentos.

Nas suas atuações profissionais, Jacobina ainda foi Presidente do Banco das Classes Laboriosas e do Banco Constructor, foi Fiscal do Banco da República e Diretor Tesoureiro da Companhia de Seguros sobre Vidas e Rendas Vitalícias, em cuja Presidência Rui Barbosa esteve. Essa aproximação com a área bancária desde o Império à República justificou sua primeira publicação – encontrada até então – intitulada de *Esboço de estudo para a volta dos pagamentos em ouro no Brasil ou concessão do papel-moeda* (1881)¹⁴.

Com Rui Barbosa manteve uma relação de amizade, de modo que o próprio Lourenço Filho (2001) já destacava a influência que um exerceu na obra e no pensamento do outro. No conjunto de cartas anotadas e prefaciadas por Lacombe (1934), entre as quais estão várias correspondências trocadas entre Jacobina e Barbosa, conseguimos capturar questões que eram tratadas entre eles, incluindo não apenas aspectos familiares e pessoais, como também um diálogo relacionado às reformas e pareceres propostos por Rui Barbosa e também a análise que ele fez sobre manuscritos de Jacobina. Lourenço Filho (2001) referiu que Jacobina “colaborou em parte do parecer de Rui sobre ensino secundário e superior, como se vê na correspondência e nos originais desse parecer, constantes dos arquivos da Casa de Rui Barbosa, com anotações suas” (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 76).

Do conjunto de cartas analisadas, gostaríamos de enfatizar dois aspectos que nos chamaram a atenção. Importante se faz destacar que o republicanismo em Jacobina e suas aproximações com a instrução pública não podem ser compreendidos pós-proclamação da República. Nossa tese é que sua aproximação com Barbosa, notadamente de 1880 em diante¹⁵, fez com que os ideários da República se consolidassem e estivessem mais presentes em sua trajetória e obra.

13 Os filhos do casal são: Isabel Jacobina Lacombe, Paulo de Oliveira Jacobina, Antonio de Oliveira Jacobina, Alberto de Oliveira Jacobina, Francisca de Oliveira Jacobina, Maria de Oliveira Jacobina e Eduardo de Oliveira Jacobina.

14 Rocha e Miyoshi (no prelo) identificaram, até então, três livros publicados por Jacobina: *Esboço de estudo para a volta dos pagamentos em ouro no Brasil ou concessão do papel-moeda* (1881); *Syllabario Nacional ou Novo Methodo para Aprender a Ler Imitado e Composto* (1883); *Extracção das raizes, quadrada e cubica de um numero* (1887).

15 A partir do conjunto de cartas trocadas entre Jacobina e Barbosa (LACOMBE, 1934), observamos que o diálogo entre eles se tornou mais acentuado a partir de 1880, após a chegada de Jacobina de uma viagem que fizera à Europa.

O primeiro aspecto que elegemos para discorrermos é acerca da publicação da versão de *Primeiras Lições das Coisas*, de Norman Allison Calkins, traduzida e publicada por Rui Barbosa, em 1886, ainda que as primícias da tradução dessa obra se desdobraram desde 1881, conforme notamos numa carta que Barbosa enviou à Jacobina em 13 de abril de 1881.

Nessa longa carta, Rui Barbosa revelou o início da tradução da obra de Calkins, uma vez que observou, ao chegar à Bahia, que, na recente reforma de ensino aprovada por essa província, tinha sido acrescentado o curso de “Lições de Coisas” nas Escolas Normais. Logo, o autor pretendia solicitar à Assembleia Provincial o auxílio para a publicação de sua tradução. Na correspondência em questão, Barbosa explicitou que parte da obra foi uma adaptação e não uma tradução literal, citando que todo o item intitulado “Sons de linguagem” foi de sua autoria, inspirado no método de Calkins, acrescentando: “pois evidentemente nada podia eu aproveitar para o nosso idioma do que elle escreveu para o inglez” (BARBOSA, 13 de abril de 1881 *apud* LACOMBE, 1934, p. 122).

Entre o início de tradução da obra, em 1881, até sua publicação, em 1886, algumas tentativas de Rui Barbosa em obter o apoio da Assembleia Provincial e do Governo Imperial para sua publicação foram frustradas. Lourenço Filho (2001) fez uma análise do conjunto dessas cartas e demonstrou as dificuldades para a publicação. De maneira resumida, apoiando-nos em Lourenço Filho (2001) e nas anotações de Lacombe (1934) entre uma e outra carta de Barbosa e Jacobina, gostaríamos de destacar neste artigo algumas circunstâncias: em 1881, Rui Barbosa pede que Jacobina faça um orçamento para a edição da obra no Rio de Janeiro; Jacobina o faz pelas Oficinas de Henrique Laemmert & Cia. – onde mais tarde publicaria o *Syllabario Nacional* –, mas a publicação se torna inviável, pois o valor era muito alto; eles chegam a se encontrar depois disso em algumas ocasiões e Jacobina, de certa forma, passou a ter conhecimento da obra; ele pediu ao Imperador o apoio para a edição da obra do amigo e se colocou como cessionário da publicação da obra, o que ocorreu apenas em 1886, pela Imprensa Nacional.

Já a respeito do segundo aspecto que chamamos a atenção do leitor sobre as correspondências entre Barbosa e Jacobina, esse reside na questão de que ambos foram os primeiros leitores de livros e pareceres por eles escritos, apresentavam autores e suas obras uns para os outros e trocavam livros emprestados. De maneira genérica, apenas a título de exemplificação sobre essas questões, assinalamos cinco pontos:

- a) Barbosa enviou manuscritos de reformas e pareceres para Jacobina fazer suas anotações;
- b) agradeceu à Jacobina pelo amigo ter-lhe apresentado a prática do método de leitura do poeta português João de Deus;
- c) pediu emprestado à Jacobina alguns dicionários, entre eles, o do francês Buisson;
- d) agradeceu à Jacobina pelo envio e a dedicatória que fez a ele em seu livro *Esboço de estudo para a volta dos pagamentos em ouro no Brasil ou concessão do papel-moeda* (1881);
- e) em 1882, teve acesso, em primeira mão, aos originais do *Syllabario Nacional*; fez uma carta elogiando a obra, que chegou a ser publicada nas primeiras páginas do livro (trataremos disso adiante), e o mais intrigante é que o bilhete que acompanhou essa carta revelou que, após a escrita, percebeu-se que o verso do papel estava manchado de tinta; não fora passado a limpo por dois motivos: Barbosa sabia que os manuscritos eram os que seriam enviados à tipografia e ele estava acometido por uma doença (defluxo), que tinha se agravada. Ao final, disse:

Por esse motivo demoro até amanhã a pagina acerca da – “patria”. Como é apenas uma pagina, e tem de ser a ultima do livro, póde V. leval-o hoje mesmo ao edictor, prevenindo-o disto (BARBOSA, 15 de setembro de 1882 *apud* LACOMBE, 1934, p. 140).

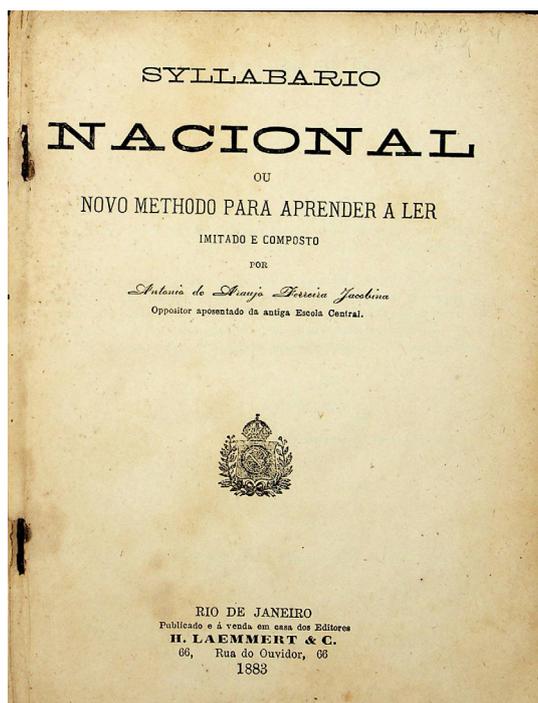
A troca de informações entre os amigos foi esclarecida para nós, quando mais tarde, em outra carta, em 06 de novembro de 1882, Barbosa diz que não se esqueceu da encomenda que Jacobina fez ao amigo para o novo silabário, acrescentando: “tenho, porém, demorado a execução, por estar informado pelo Gustavo que o trabalho da typographia ainda não deu começo, nem dará enquanto não vierem as chapas encomendadas para as estampas” (BARBOSA, 06 de novembro de 1882 apud LACOMBE, 1934, p. 147).

Ao que tudo indica, a última página do *Syllabario Nacional ou Novo Methodo para Aprender a Ler*, obra que colocou Jacobina entre os escritores de livros para o ensino de leitura do século XIX, seria um texto do próprio Rui Barbosa sobre a pátria. Entretanto, sabemos que esse texto encomendado não foi publicado no Silabário, uma vez que a obra finalizou com outro texto de autoria de Émile de Laveleye, autor belga, intitulado de “O luxo”. Além disso, a publicação do livro só saiu em 1883, devido ao atraso das chapas das imagens que tinham sido encomendadas pelos editores, imagens essas que se configuraram como elementos importantes para a organização do método de leitura realizado por Jacobina, do qual trataremos adiante.

O *Syllabario Nacional ou novo methodo para aprender a ler* imitado e composto por Antonio Jacobina (1883)

Ao nos propormos analisar os livros escolares, é necessário atentarmos para os protocolos de leitura (CHARTIER, 1996), assim como o leitor modelo de que nos fala Eco (2002). Em geral, títulos, subtítulos, imagens, ano de publicação, editora são dispositivos que podem agradar ou afastar os futuros leitores. Acreditamos que o mesmo ocorre quando se trata de livros escolares, razão pela qual iniciamos nossas reflexões analisando esses protocolos. Os textos dispostos na capa do livro escolar de Jacobina são reproduzidos na sua página inicial. Nossa compreensão é de que essas informações são como um cartão de entrada e identificação para os leitores pretendidos, por isso iniciamos a nossa análise da única obra de Jacobina dirigida ao ensino da leitura, destacando a sua página inicial.

Imagem 1. Capa do *Syllabario nacional ou novo methodo para aprender a ler* (1883)



Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Serviço de Biblioteca.

A obra de Antonio Jacobina surge em um contexto do século XIX, em que se aspirava por ideários nacionalista e moderno. Era esperado que esses ideários estivessem presentes nos impressos e, no caso específico de livros escolares, esse fato ficava ainda mais premente, pois havia nas escolas brasileiras a circulação de cartilhas, livros de leitura de autoria portuguesa (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996; MORTATTI, 2000; MACIEL, 2002). O Silabário de Jacobina faz toda a diferença naquele contexto e demarca a posição do autor em relação à sua obra no circuito editorial brasileiro, uma vez que foi publicado e à venda na Casa dos Editores H. Laemmert & C., na cidade do Rio de Janeiro. Durante todo o período imperial, era recorrente que, nos Relatórios de Presidentes de Províncias, os Inspetores indicassem a ausência de livros nas escolas, atribuindo aos altos custos de importação.

O título supõe o desejo do autor em posicionar sua obra no cenário brasileiro do final do século XIX. A palavra “NACIONAL” em letras maiores e em negrito chama a atenção do leitor. Entretanto, a amplitude do termo “nacional” é relativizada com o subtítulo, afinal, o autor usa a conjunção “ou” seguida da expressão “Novo Methodo para aprender a ler”. No entanto, ao explicitá-lo, constatamos que o objetivo de sua proposta metodológica está centrado no ensino da leitura, sem qualquer menção ao ensino da escrita, fato comprovado ao analisarmos o conteúdo do *Syllabario*. Jacobina prioriza o ensino da leitura, diferentemente de outros livros escolares produzidos e contemporâneos ao do autor, que indicavam o ensino simultâneo da leitura e da escrita.

Entre o título e o nome do autor, aparecem dois adjetivos, “imitado e composto”. Ao buscarmos as definições dos dois termos, tornam-se compreensíveis as referências francesa e portuguesa que o autor faz em notas explicativas sobre sua proposta metodológica. Podemos afirmar que o autor imita ao tomar como modelo e até mesmo reproduzir partes do *Syllabaire-Régimbeau, Lecture – Écriture – Orthographe – Nouvelle Méthode simplifiant L’Enseignement de la lecture par la décomposition du langage en sons purs et en sons articules*, de autoria de Pierre Régimbeau (s./d)¹⁶ e ao referenciar o português “Sr. João de Deus na sua notabilíssima *Cartilha maternal*” (JACOBINA, 1883, p. 23).

Concordamos que é uma obra “imitada” – isto é, foi produzida a partir de modelo – e, aqui, no caso específico, o Silabário de Régimbeau (s./d), já que a organização e a estrutura do *Syllabario Nacional*, bem como o uso dos desenhos para inserir a letra trabalhada, os exercícios de articulação, as aplicações são muito similares à proposta do francês Pierre Régimbeau. E, do nosso ponto de vista, o adjetivo “composto” pode ser entendido como junção e mescla de várias propostas que compõem o método de leitura de Jacobina e que se assemelham a outros manuais, contemporâneos à produção dele.

Após o seu nome, o autor se identificou como “Opositor aposentado da antiga Escola Central”. Como elucidado anteriormente, Jacobina atuou na docência na Escola Central do Exército do Brasil.¹⁷

Na sequência, após a página inicial, Jacobina reproduziu uma carta ao Rui Barbosa, datada em 14 de setembro de 1882. Em um texto curto de dois parágrafos, mencionou que o estudo das primeiras letras de seus filhos levou-o a “imitar e compor” uma obra cuja publicação julgou ser útil. Entretanto, explicitou que seu nome como autor não tinha o realce suficiente, razão pela qual pede permissão a Rui Barbosa para dedicar-lhe o *Syllabario Nacional* e solicitou seu reconhecimento. Esse procedimento de ter a chancela de personalidades notáveis para abrir as primeiras páginas de livros escolares e das cartilhas foi algo comum no mercado editorial do século XIX.

16 A versão consultada do *Syllabaire-Régimbeau* foi a 41ª edição, de 1915. Provavelmente, o livro foi publicado em 1866 (TRINDADE, 2004). Para uma análise dessa obra, sugerimos o texto de Frade (2012).

17 Segundo Telles (1994), a Escola Central teve um papel importante na história da Engenharia no Brasil, sendo um local notável na formação de Engenheiros no oitocentos. A credibilidade da Escola dava aos que nela atuavam reconhecimento, legitimidade e valorização no imaginário social dos cariocas.

No caso dessa missiva, chama-nos a atenção o destinatário, uma pessoa com quem o autor tem muita relação e proximidade e, mais ainda, a resposta de Rui Barbosa para Jacobina, publicada no Silabário. Rui Barbosa respondeu imediatamente, isto é, no dia seguinte, 15 de setembro de 1822, um longo texto salientando a modéstia solicitada para uma obra tão distinta. Sentiu-se extremamente grato, pois o trabalho de Jacobina não carecia de “amparo de autoridades” e apadrinhamentos. Rui Barbosa afirmou que o “opúsculo representa um assinalado progresso sobre as tentativas que, no idioma vernáculo, existem a este respeito”. Destacou várias qualidades da obra em resolver problemas do aprendizado da leitura, entre elas, “o embaraço fundamental da associação das consoantes com as vogais na formação das palavras”. E finaliza destacando “a paixão” do autor pelo ensino público.

Após a carta de Rui Barbosa, sob o título “Ao Leitor”, Jacobina apresentou a sua publicação, justificando que foi obrigado, enquanto morador da roça, a ensinar seus filhos e alguns agregados a ler. Em vários momentos afirmou que se viu desanimado em função de reconhecer que esse ensino é uma tarefa árdua. Como professor tinha a certeza de que, na ausência de um “defeito orgânico” que impedisse o aluno de aprender, “a culpa” seria do mestre, caso ele não aprendesse.

Nesse texto, Jacobina defendeu os princípios da escola moderna e do ensino intuitivo, aludindo que, por ele, as tarefas dos mestres seriam facilitadas, uma vez que o processo de aprendizagem ancorava-se na observação e no desenvolvimento do pensar dos estudantes. Apoiado em sua experiência, Jacobina apresentou seu livro, dizendo: “apesar de imperfeito, parece-me poder adiantar a resolução do problema (ensino da leitura)¹⁸, como em outros países já o tenham feito”. Como notamos, o discurso mantido pelo autor enfatizava a busca por propostas metodológicas, que, materializadas numa obra didática, pudessem solucionar a situação do ensino de leitura no Brasil, que naquele momento era problematizado e criticado por vários agentes políticos e educacionais. Mortatti (2000), analisando esse período no Brasil – início da década de 1880 – demonstrou que a alfabetização se constituiu como objeto de estudo e que a disputa entre os “antigos” e os “modernos” métodos de ensino de leitura começa a ser debatida num campo mais científico.

O Silabário de Jacobina, já nas páginas iniciais, nos dá indícios do leitor a quem se dirige sua obra: aos professores, e não faz nenhuma menção aos pais, algo bem comum a outras obras da época, pois, diante da escassez de escolas e professores, muitos pais assumiam a escolarização de seus filhos em casa, assim como o próprio autor fez (MACIEL; ROCHA, 2022). O direcionamento aos professores fica ainda mais evidente por trazer na sequência, sob o título de “Explicação”, orientações de como usar o método proposto.

Essa explicação no início do Silabário é breve porque o autor optou por apresentar, ao longo de todo o livro, muitas e extensas notas de rodapé, esmiuçando os procedimentos metodológicos que o professor deveria usar para trabalhar, inicialmente, as vogais e, com maiores detalhamentos, as consoantes. Expõe que seu método parte de perguntas e respostas dadas pelo professor, com o objetivo de fazer o aluno compreender o som das consoantes sobre as vogais.

P: O que representa este desenho? ¹⁹

R: Representa uma **ave**. Em seguida faz-se repetir o **ve** final como um écho.

P: como sôa esta letra?

R: Sôa **v... e**.

18 A expressão entre parênteses foi por nós inserida, dentro do contexto apresentado pelo autor.

19 Na proposta de Jacobina, para introduzir a letra e seus diferentes sons, há sempre uma imagem que represente o valor sonoro destacado.

P: Para que serve ella?

R: Para *vozear* as outras

P: *Vozêe* o *a*.

R: *V...a, va*.

Explica-se que, para vozear, deve apoiar-se os dentes incisivos superiores sobre o lábio inferior, expelir a respiração vozeando como no final de *ave* (JACOBINA, 1883, p. XI).

O *Syllabario Nacional*, diferente de outras produções nacionais e internacionais para o ensino da leitura, não foi organizado em lições, mas é possível identificá-las, já que os procedimentos utilizados pelo autor para introduzir cada letra são os mesmos. Sobre a introdução das letras, é importante destacar que Jacobina orienta o professor sobre o cuidado de não falar o nome da letra, por exemplo, t = tê; f = efê. Sugere que, ao apresentar/vozear/falar as letras, o professor e o aluno devem suprimir o apoio das vogais ao pronunciá-las oralmente. Ao longo de toda a obra, o professor é orientado a seguir o mesmo ritual: inicia com uma ilustração de acordo com a letra escolhida, depois faz as perguntas e as respostas, diferenciando-se apenas nas letras que são introduzidas, assim como as recomendações de como se deve pronunciá-las, a posição dos dentes, lábios e a respiração para emitir os sons adequados.

Para garantir que o aluno apreendeu o som (vozear, conforme Jacobina nomeia), há os “exercícios de articulação” com a formação das combinações sonoras da consoante e vogais, o que se denominou muito usualmente na tradição das práticas de alfabetização de “famílias silábicas”. A etapa seguinte e final são “aplicações” com algumas palavras formadas, a partir das consoantes trabalhadas e todas separadas em sílabas.

Todo o Silabário, composto em 80 páginas, teve uma preocupação na escolha das consoantes, que se apresentaram divididas pelo autor em três partes principais, seguindo a complexidade das combinações das consoantes com as vogais e das vogais com as consoantes, conforme descrevemos a seguir.

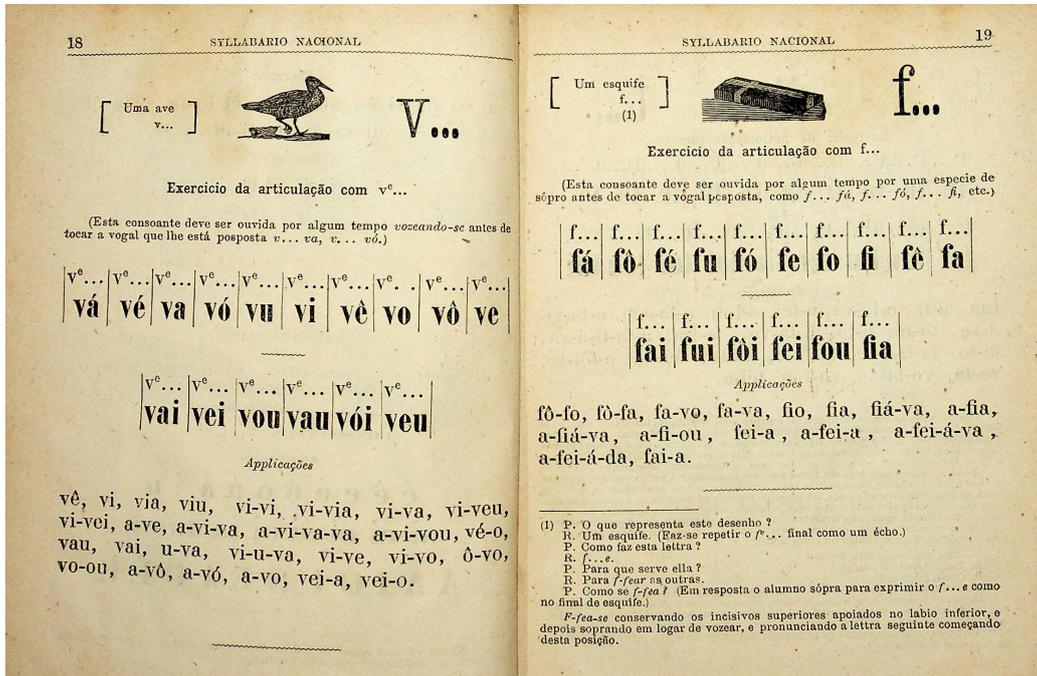
A primeira parte (da página 13 a 45) trouxe: as vogais monogramas (formadas por uma vogal e suas diferentes tonicidades); as vogais poligramas (formadas de encontros vocálicos); as vogais e as consoantes monogramas e poligramas, enfatizando o que denominou de sílabas indecomponíveis (formadas com as consoantes v, f, t, j, d, b, p, l, m, n, s-ç, k-c, r-g, z, x, letras equivalentes como i = y e de duplas de consoantes como s, ss, f, ff, t, tt, dentre outras usuais do português da época), e sílabas decomponíveis (as “consoantes desligadas do princípio das sílabas”, compostas por consoante + consoante + vogal, como em “bra”, e de consoante + consoante + vogal + vogal como em “grau”; as sílabas de consoantes antes de l, como em fla; as sílabas com as consoantes r, s, l no final; as “consoantes no final das sílabas antepostas a outras consoantes” como em car-ne e turvo; as “consoantes consecutivas formando sílabas decomponíveis” como em obs-tá-cu-lo e cáp-su-la; e a “consoante monograma nula”, no caso o h no início da palavra e em sílabas com th e rh, que compunham o acordo ortográfico no oitocentos).

Já a segunda parte (da página 46 a 54) traz as vogais e as consoantes poligramas formadas com lh, nh, ch; as vogais e as consoantes poligramas equivalentes a ph (f = ph), qu (k = qu, ke = que, li = qui, ko = quo), gu (gu = g, q = Q, k = c) e as vogais nasais e equivalentes (an/am, en/em, in/im, on/om, un/um, ão/am).

A terceira parte (da página 54 a 57) apresentou “as consoantes e as vogais variáveis”, destacando as letras que podem apresentar sons de outras letras, quando assumem determinadas posições na palavra: s = z; z = s; s = ç = ss; c = ç; g = j; x = ch; x = ç; x = z; ch = k; e = i; o = u.

As páginas a seguir exemplificam a proposta metodológica, sua aplicação e orientações para o professor.

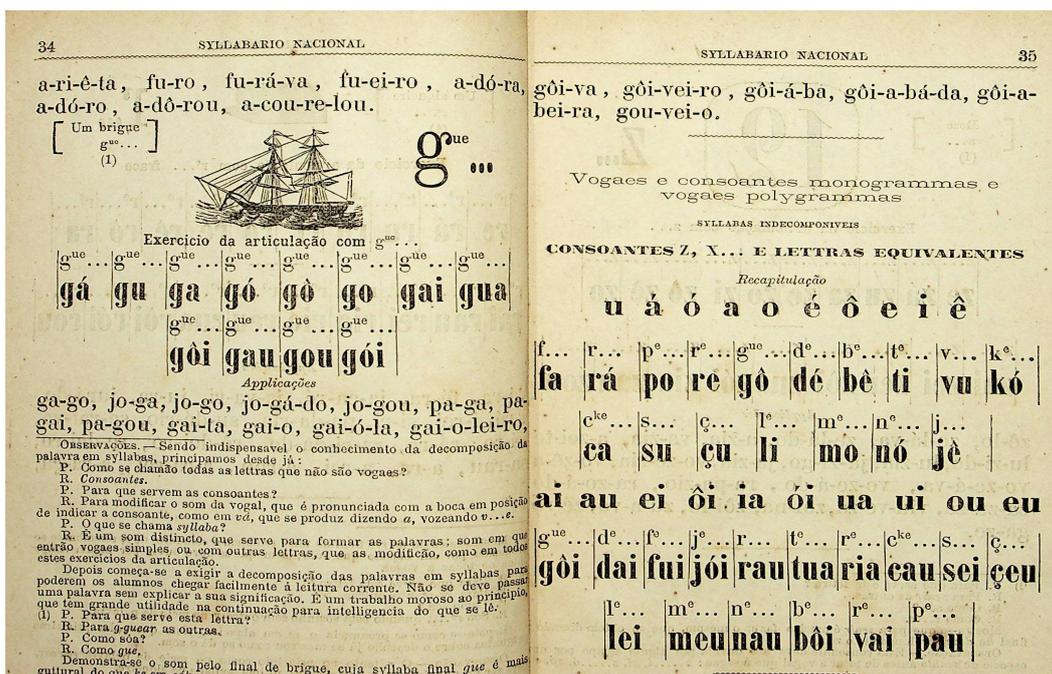
Imagem 2. Páginas 18 e 19 do *Syllabario nacional ou novo methodo para aprender a ler* (1883)



Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Serviço de Biblioteca.

A preocupação de Jacobina com a sonoridade das palavras leva o autor, além de separá-las silabicamente, a acentuar algumas letras, demarcando-as como devem ser lidas, aproximando de uma transcrição sonora. Vejamos os exemplos expressos nas páginas a seguir, em que apresentam as palavras: a-dó-ro; a-dô-rei; gô-i- á-ba; gô-i-a-bá-da.

Imagem 3. Páginas 34 e 35 do *Syllabario nacional ou novo methodo para aprender a ler* (1883)



Fonte: Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Somente a partir dos “exercícios de articulação com o g”, que vieram acompanhados de longas “observações” em nota de rodapé, Jacobina (1883, p. 34) explicitou uma mudança nas perguntas e respostas para condução do seu método de ensino de leitura. Pela primeira vez, se fez uso da palavra “consoantes” para nomear as letras.

A terceira parte do Silabário se encerra com a apresentação do alfabeto com o “nome das letras”, que se tratava da escrita de como se pronunciava cada letra do alfabeto: a = á; b = bê; c = cê...z = zê. Na sequência, há o alfabeto em letras minúsculas e maiúsculas. Esse fato vem reafirmar a proposta de Jacobina de rompimento com os métodos de soletração.

Após as três partes principais da obra, nas últimas páginas do Silabário (da página 58 a 80), há um item denominado por Jacobina de “Leitura corrente”, em que apresentou 31 textos numerados. As palavras dos textos não apresentavam separação silábica como nos exercícios anteriores. Usava-se um travessão ao final de cada frase, até o texto 19. De maneira geral, notamos que os primeiros textos se iniciam com frases curtas e percebemos, em alguns deles, uma preocupação do autor em tematizar, dentro de um mesmo eixo, as frases apresentadas para ser feita a leitura corrente.

A partir do vigésimo texto, as letras ficam bem menores e com maior extensão. É importante destacar que os títulos são tematizados e alguns textos incluem autores conhecidos e usados e/ou adaptados em outros livros escolares. Entre eles, destacamos Marie Pape-Carpantier. Como já aludimos anteriormente, o autor encerrou o Silabário com um texto mais longo, de autoria de Émile de Laveleye, cujo título é “O luxo”.

Considerações finais

Cada vez mais, as biografias vêm sendo reposicionadas como um gênero que traz contribuições para a pesquisa histórica, o que tem auxiliado para revelar personagens interessantes, inusitados e importantes para a história do Brasil. Mulheres e homens, pessoas negras e indígenas, muito tempo colocadas em notas de rodapé ou sequer citadas, vêm reaparecendo, pois sempre *estiveram lá*, parafraseando o título da obra recentemente organizada por Starling e Pellegrino (2022).

Embora Jacobina tenha ocupado posições de destaque no cenário brasileiro, transitado entre o Império e a República, o que lhe dava uma posição confortável e de prestígio ao período, consideramos que seu nome ficou muito “à margem” ou “no rodapé” da história do ensino de leitura, da política brasileira e dos intelectuais oitocentistas. Quando seu nome vem à tona, é muito mais para dar visibilidade à vida de Rui Barbosa e de outros sujeitos do período. Porém, longe de buscamos traçar uma biografia de Jacobina, envidamos esforços para analisar aspectos de uma trajetória intelectual, inserindo esse autor num cenário de diferentes disputas políticas e colocando-o entre os nomes que publicaram livros para o ensino de leitura no século XIX.

Na análise empreendida, em primeiro plano sobre a vida de Jacobina, observamos que sua história pode ser compreendida a partir de uma aproximação com a política e políticos do Império, já que participou de dentro da Casa Imperial, exercendo cargos próximos ao Imperador Dom Pedro II, além de ter sido Deputado na Câmara do Rio de Janeiro. Ademais, o encontro entre Jacobina e Rui Barbosa leva-o aos preceitos republicanos, desencadeando numa rede de relações pessoais e profissionais, que marcaram a obra e a vida de ambos. Jacobina tem suas contribuições políticas e intelectuais e atuou muito conjuntamente com Rui Barbosa, sendo por ele influenciado e também o influenciando.

No que tange ao livro de Jacobina em foco neste trabalho, *Syllabario Nacional ou novo methodo para aprender a ler* (1883), observamos possíveis aproximações com as produções do francês Pierre Régimbeau e do português João de Deus, e, aqui, para finalizar, também destacamos a influência do inglês Norman Allison Calkins, possivelmente apresentado a Jacobina por Rui Barbosa.

Jacobina não faz nenhuma menção direta em seu Silabário a Calkins. Todavia, em várias passagens, verificamos as semelhanças entre os princípios defendidos por Calkins²⁰ e as orientações de Jacobina. A título de exemplificação, transcrevemos uma citação de Calkins: “o melhor dos alvitres será dirigir os exercícios no sentido unicamente de habituar o menino a *diferençar*, e *emitir* em separado os sons da falla, sem tentativa alguma de associar-os às letras, com que é o uso represental-os na linguagem escripta” (CALKINS, 1887, p. 387). Assim também, no *Syllabario Nacional*, a orientação geral é de levar os alunos a discernir os sons das letras, sem ensiná-los a pronúncia dos nomes, como se fazia na tradição dos métodos de soletração.

Embora a obra de Jacobina tenha sido editada antes da publicação da tradução de *Primeiras Lições de Coisas*, de Calkins, tradução essa iniciada em 1881 e publicada apenas em 1886, demonstramos que Jacobina esteve muito próximo ao autor no período, e foi cessionário dessa obra.

O autor Antonio de Araujo Ferreira Jacobina e sua história desencadearam as nossas perguntas. Passado mais de um século compartilhamos com os/as pesquisadores/as da história da alfabetização, leitura e escrita, o ineditismo da obra *Syllabario Nacional*. Advertimos que não foi (ainda) objeto de nossas investigações explorar a documentação sobre usos e apropriações do *Syllabario Nacional*. Trazer à tona pessoas anônimas e com suas trajetórias profissionais singulares é o que provoca novas e instigantes perguntas, para nós, e (esperamos) aos possíveis leitores deste texto.

Referências

- AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Pauli: Musa Editora, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoevski*. Tradução de Paulo Bezerra. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARRETO, Cynthia Maria Freitas; GUALBERTO; Elisama Carvalho Costa; CAMPELLO, Netto; MAIOR, Rosália Aguiar de Souto. *Assembleia Legislativa de Pernambuco, 180 anos: uma visão histórica de Pernambuco sob o olhar do legislativo estadual, parlamentares dos séculos XIX, XX e XXI*. Recife: ADF Editora, 2015.
- BEAKLINI, Adriana Valetim. *Da escola nas oficinas à oficina como escola: sujeitos, circulação e apropriação de modelos de educação profissional na Estrada de Ferro D. Pedro II (1882-1906)*. 2018. 256 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2018.
- BEAKLINI, Adriana Valetim. Pesquisando uma escola, encontrando uma professora: D. Maria Amélia Jacobina, primeira professora da Escola das Oficinas. In: VIII SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP. *Anais do VIII Seminário Nacional do Centro de Memória – Unicamp*. Campinas: Unicamp, 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, jan./jun. 2011.
- CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913)*. 2005. 338 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.
- CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa no texto narrativo*. Tradução Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 2002.

20 É importante advertir, conforme já dito, que Rui Barbosa alegou que o item “Sons de linguagem”, na obra traduzida para o Brasil, foi de sua autoria e que apenas se inspirou no método proposto por Calkins.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. As configurações gráficas de livros brasileiros e francês para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 2(29), p. 171-208, maio/ago. 2012.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução Maria Betânia Amoroso. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. Volume 2º. São Paulo: Duprat & Comp., 1904.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *A pedagogia de Rui Barbosa*. 4ª edição, revista e ampliada. Brasília: Inep/MEC, 2001.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Sousa Breves*. 2010. 188 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 11, p. 147-168, abril de 2002.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. *Lúcia Casasanta e o método global de contos: uma contribuição à história da alfabetização em minas gerais*. 2001. 157 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2001.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Juliano Guerra. Prefácios de manuais escolares de iniciação à leitura produzidos em Portugal e no Brasil do século XIX. In: CARDOSO, Cancionila Jankovski; AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros; RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi; BERTOLDO, Sandra Regina Franciscatto (Orgs.). *História(s) de alfabetização, leitura e escrita: concepções, práticas e materialidades*. Rondonópolis: EdUFR, 2022.

MAGRI, Dirceu. De almanach a almanack: um olhar sobre dois importantes almanaques. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 46, p. 230-258, jul./dez. 2021.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da Alfabetização: São Paulo, 1876 – 1994*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PANIZZOLO, Claudia. *João Köpke e a escola republicana: criador de leituras, escritor da modernidade*. 2006. 359 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROCHA, Juliano Guerra; MIYOSHI, Simone Cléa dos Santos. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina. In: VALDEZ, Diane; PANIZZOLO, Claudia; ROCHA, Juliano Guerra; DIAS, Ana Raquel Costa (Orgs.). *Dicionário de autores/as de livros e cartilhas para o ensino da leitura e da escrita, no Brasil [Século XIX]*. Volume 1. No prelo.

SANTOS, Sara Rios Bambirra; SILVA, Maria Aparecida da. Os cursos de engenharia no Brasil e as transformações nos processos produtivos: do século XIX aos primórdios do século XXI. *Educação em Foco*, ano 11, n. 12, p. 21-35, dez./2008.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. 2ª edição. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

STARLING, Heloisa; PELLEGRINO, Antonia (Orgs.). *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil: séculos XVI e XIX*. 2ª edição. V. 1. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A Cartilha Maternal e algumas marcas de sua aculturação. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 7, jan./jun. 2004.

VALDEZ, Diane; ALVES, Miriam Fábila. Espaços de educar: biografias femininas e ensino de história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, p. 01-20, 2019.

Fontes

A NOTICIA. [1896]. *A notícia*, Rio de Janeiro, anno III, número 262, novembro de 1896, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

A UNIÃO. [1849]. *A União, Virtus Unita Crescit*, vol. II, n. 127, 1849. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1856. [1856]. Decimo terceiro anno, segunda serie VIII. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1856. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1861. [1861]. Decimo oitavo anno, segunda série XIII. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1861. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1862. [1862]. Decimo nono anno, segunda série XIV. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1862. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1865. [1865]. Vigésimo-segundo anno, segunda série XV. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1865. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO PARA O ANNO DE 1866. [1866]. Vigésimo-terceiro anno, segunda serie XVI. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1866. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO PARA 1893. [1893]. 50º anno. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, Editora Proprietaria, 1893. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

BOLETIM DO EXPEDIENTE DO GOVERNO. [1859]. Ministerio do Imperio. *Boletim do Expediente do Governo*, Tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1859, p. 15. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

BRASIL. [1852]. Decreto n.º 641, de 26 de junho de 1852. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo 13, parte 1, 1853.

BRASIL. [1855]. *Decreto n.º 1.599, de 9 de maio de 1855*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1599-9-maio-1855-558531-publicacaooriginal-79871-pe.html>>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. [1940]. *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis 1940. Disponível em: <<https://museuimperial.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2020/09/1940-Vol-01.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

CALKINS, Norman Allison. [1886]. *Primeiras lições de coisas*: manual de ensino elementar para uso dos paes e professores. Tradução de Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CIDADE DO RIO. [1896]. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, anno XI, n. 305, segunda-feira, 2 de novembro de 1896, p. 1-2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. [1860]. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 74, quarta-feira, 14 de março de 1860 (à tarde), p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. [1862]. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 144, segunda-feira, 26 de março de 1862, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. [1865a.]. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, anno XXII, n. 41, sexta-feira, 10 de fevereiro de 1865, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. [1865b.]. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, anno XXII, n. 301, domingo, 5 de novembro de 1865, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

CORREIO MERCANTIL. [1868]. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, anno XXI, n. [ilegível], terça-feira, 7 de janeiro de 1868, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

DIARIO DE PERNAMBUCO. [1849]. *Diario de Pernambuco*, anno XXV, n. 187, sexta-feira, 24 de agosto de 1849, p. 1, quarta coluna. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. [1855]. *Folha Política, Litteraria, e Commercial*, Rio de Janeiro, anno XXXIV, n. 182, terça-feira, 3 de julho de 1855, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. [1860a.]. *Folha Política, Litteraria, e Commercial*, Rio de Janeiro, anno XL, n. 122, quarta-feira, 23 de julho de 1860, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. [1860b.]. *Folha Política, Litteraria, e Commercial*, Rio de Janeiro, anno XL, n. 158, sexta-feira, 31 de agosto de 1860, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. [1863]. *Folha Política, Litteraria, e Commercial*, Rio de Janeiro, anno XLIII, n. 325, sabbado, 28 de novembro de 1863, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

DIARIO NOVO. [1848]. *Diario Novo*, anno VII, n. 151, sexta-feira, 14 de julho de 1848. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

DIARIO NOVO. [1852]. *Diario Novo*, anno IX, n. 34, sexta-feira, 12 de março de 1852, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

JACOBINA, Antonio de Araujo Ferreira. [1883]. *Syllabario Nacional ou novo Methodo para aprender a ler, imitado e composto*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores H. Laemmert & C., 1883. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa/ Serviço de Biblioteca.

LACOMBE, Américo Jacobina (Org.). [1934]. *Mocidade e exílio*: cartas ao Conselheiro Albino, José Barbosa de Oliveira e ao Dr. Antônio D'Araujo Ferreira Jacobina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

O GRITO NACIONAL. [1856]. *O Grito Nacional*, Rio de Janeiro, n. 841, sábado, 7 de junho de 1856, p.2-3, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

O PAIZ. [1896]. *O paiz*, Rio de Janeiro, anno XIII, n. 4415, terça-feira, 3 de novembro de 1896, p. 2. 1896. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

PINHEIRO, Artidoro Augusto Xavier. [1884]. *Organização das ordens honorificas do Imperio do Brazil*. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & C., 1884. Biblioteca Digital do Senado Federal.

RÉGIMBEAU, Pierre. [1915]. *Syllabaire-Régimbeau, Lecture – Écriture – Orthographe – Nouvelle Méthode simplifiant L'Enseignement de la lecture par la décomposition du langage en sons purs et en sons articules. Quarante et unième édition*. Paris: Librairie Hachette et C^e, 1915.

REVISTA DE ENGENHARIA. [1881]. *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, anno III, n. 4, 1881, p. 15. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

Recebido em: 01/11/2022

Aceito em: 23/11/2022